

## Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013

Sistematización crítica de las interpretaciones académicas brasileñas de las Jornadas de Junio de 2013

Critical systematization of Brazilian academic interpretations about the 2013 June Journeys

Olivia Cristina Perez\*

**Resumo:** Este artigo aborda certas interpretações sobre os protestos brasileiros conhecidos como Jornadas de Junho de 2013. A pesquisa qualitativa localizou 134 publicações acadêmicas brasileiras sobre o tema, dentre artigos científicos, teses e dissertações. Com base nesse material foi feita uma sistematização crítica da literatura sobre as Jornadas em que discernimos os argumentos presentes nos textos sobre as origens, características e legados das Jornadas, problematizando algumas dessas interpretações. Argumentamos que Junho de 2013 foi um ciclo de protestos que comportou uma variedade de atores, pautas e repertórios produzindo diversos legados. Dessa forma fornecemos ao leitor uma compreensão sobre as Jornadas, apontando para as disputas e complexidades do fenômeno, evitando assim certas generalizações sobre o mesmo.

**Palavras-chave:** Jornada de Junho; Junho de 2013; Protestos; Manifestações; Onda conservadora; Revoltas de 2013; Brasil.

**Resumen:** Este artículo aborda ciertas interpretaciones de las protestas brasileñas conocidos como las Jornadas de Junio de 2013. La investigación cualitativa encontró 134 publicaciones académicas brasileñas, entre artículos científicos, tesis y disertaciones. A partir de este material se realizó una sistematización crítica de la literatura sobre las Jornadas en la que discernimos los argumentos presentes en los textos sobre los orígenes, características y legados de las Jornadas, problematizando algunas de estas interpretaciones. Sostenemos que junio de 2013 fue un ciclo de protestas que involucró a una variedad de actores, agendas y repertorios que produjeron diversos legados. De esta forma, proporcionamos al lector una comprensión acerca de las Jornadas, apuntando a las disputas y complejidades del fenómeno, evitando así ciertas generalizaciones sobre Junio.

**Palabras clave:** Jornadas de Junio; Junio de 2013; Protestas; Manifestaciones; Ola conservadora; Revueltas de 2013; Brasil.

**Abstract:** This article addresses certain interpretations of Brazilian protests known as the June Journeys of 2013. The qualitative research found 134 Brazilian academic publications, among scientific articles, theses and dissertations. Based on this material we developed a

---

\* Brasileira, Professora Doutora na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: 889oliviaperez@gmail.com



critical systematization of the literature on the Journeys in which we discern the arguments present in the texts on the origins, characteristics and legacies of the Journeys, problematizing some of these interpretations. We argue that June 2013 was a cycle of protests that involved a variety of actors, agendas and repertoires producing diverse legacies. In this way, we provide the reader with an understanding of the Journeys, pointing to the disputes and complexities of the phenomenon, thus avoiding certain generalizations about it.

**Keywords:** June Journeys; June 2013; Protests; Manifestations; Conservative wave; Brazil.

Recibido: 4 diciembre 2020 Aceptado: 14 abril 2021

## 1. Introdução

Este artigo aborda interpretações sobre o ciclo de protestos no Brasil conhecidos como Jornadas de Junho de 2013, doravante apenas Jornadas. Em meados de Junho de 2013 milhares de brasileiros foram às ruas com pautas diversas que reivindicavam desde a manutenção dos preços das passagens de ônibus até mudanças no sistema político. No início eram cerca de duas mil pessoas nas ruas; em duas semanas havia mais de um milhão (Folha de S. Paulo, 2015).

Como resposta ao protesto mais famoso das Jornadas (o que ocorreu em 2013 na cidade de São Paulo), o prefeito de São Paulo à época, Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), revogou o aumento das passagens. A ex-presidenta Dilma Rousseff também fez um discurso no final de junho de 2013 propondo cinco pactos a prefeitos e governadores: pediu aos governadores e prefeitos que auxiliassem o governo federal no controle dos gastos, propôs um debate sobre a convocação de um plebiscito que autorizasse a instalação de uma assembleia constituinte específica para a elaboração de uma reforma política, defendeu a vinda de médicos do exterior para o Brasil, disse que o governo federal estudaria ampliar a desoneração de PIS/Cofins que incide sobre o óleo diesel para ônibus, por fim, defendeu a destinação dos recursos arrecadados com os *royalties* do petróleo para a educação (Exame, 2013).

Mas os protestos não se encerraram em Junho. Pelo contrário: eles começaram a ter como pauta justamente o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, que foi deposta do cargo em 2016 (Cruz, Kaysel; Codas, 2015; Tatagiba, Trindade; Teixeira, 2015; Melo; Vaz, 2018; Tatagiba, 2017, 2019; Almeida, 2019). No seu lugar assumiu seu vice-presidente Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, agora só MDB) com projetos mais à direita no espectro político ideológico. No pleito seguinte, Jair Bolsonaro (à época filiado ao Partido Social Liberal, PSL, e agora sem partido) foi eleito para presidente do Brasil, marcando a ascensão da direita ao governo federal. Logo, o Brasil vive um outro ciclo político que, embora de forma nebulosa, tem relação com as Jornadas.

Muitos trabalhos foram produzidos sobre as Jornadas de Junho de 2013. Em geral os escritos associam as origens das manifestações aos protestos ocorridos fora do Brasil (Cocco, 2014), a certa incapacidade dos governos (Santos, 2014; Bezerra, 2015; Silva, 2015; Lima, 2018) e também ao acesso então recente dos manifestantes aos meios digitais (Santos, 2014; Paccelli, 2016). É comum que se relacione as Jornadas aos protestos que ocorreram na cidade de São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Bernardi, 2017), embora alguns textos indiquem sua diversidade (Bringel; Pleyers, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Como legado, os

trabalhos destacam, de um lado, o aumento do conservadorismo na política brasileira (Lima, 2014; Nunes, 2014; Silva, 2015); de outro, a possibilidade de aprimoramento do sistema político (Nogueira, 2013), além da formação de novas organizações políticas (Bringel; Pleyers, 2015; Perruzo, 2014; Santos, 2017; Lima, 2018; Autor, 2019;).

Neste texto, entendemos Junho de 2013 como um ciclo de protestos, seguindo os ensinamentos de Tarrow (2009). Os eventos de protestos nem sempre estão isolados e desconectados, mas podem fazer parte de um ciclo, como foi Junho de 2013. Conforme Tarrow (2009: 25), os ciclos de confrontos acontecem “uma vez que os recursos para uma ação coletiva se tornam disponíveis para as pessoas comuns e para as pessoas que diziam representá-las [...], produzindo os períodos de turbulência e reorganização”. Nesse sentido as manifestações no Brasil com pautas diversas tiveram seu cume em meados de junho de 2013, fornecendo elementos para a continuidade do ciclo. Mas elas são anteriores a junho e persistiram nos anos posteriores, demonstrando que se trata de um ciclo e não de um conjunto de protestos localizados temporal e geograficamente.

Cientes da diversidade abarcada pelo ciclo de protestos chamados de Junho de 2013, adotamos neste texto como referencial analítico os ensinamentos de Melucci (1989) sobre os movimentos sociais. Conforme o sociólogo italiano, os movimentos sociais são heterogêneos: as formas de ação coletiva têm instâncias múltiplas e contraditórias, sendo plurais e fragmentados. Daí porque não podemos considerar os movimentos sociais como um objeto de análise unificado. Logo, as análises têm de romper a aparente unidade dos movimentos sociais.

A partir desse pressuposto, a pergunta que guia a pesquisa é: quais são as interpretações sobre as origens, características e legados das Jornadas nos textos acadêmicos publicados sobre o assunto? Para respondê-la, extraímos da literatura acadêmica alguns argumentos centrais para explicar as origens, características e legados de Junho de 2013, destacando a variação no fenômeno e nas explicações sobre ele. O texto parte do pressuposto de que as interpretações sobre as Jornadas ocorrem em um terreno de disputa que resiste a simplificações.

Outras sistematizações sobre Junho já foram feitas, a exemplo dos trabalhos de Andrade (2015), Miranda (2017), Lima (2018) e Sauda (2019). O presente texto se diferencia dessas sistematizações porque ele sustenta o argumento da variedade do fenômeno, ao invés de adotar uma ou outra explicação como correta. Fazemos isso com base em trabalhos que apontam essa variação, tais como Bringel; Pleyers (2015), Paccelli (2016), Tavares; Roriz; Oliveira (2016), Alonso (2017) e Tatagiba; Galvão (2019). O presente também se diferencia destes por apontar as diversidades das Jornadas tanto no que concerne às explicações sobre suas origens, quanto características e legados, ampliando assim o escopo de aspectos analisados sobre as Jornadas. Pretende-se desta maneira fornecer ao leitor uma compreensão sobre as Jornadas, apontando para as disputas e complexidades do fenômeno.

É importante ressaltar que a presente pesquisa não se apresenta como uma nova descrição sobre as origens, características ou legados das Jornada de Junho, tampouco traça uma síntese que revele de fato o que foram as Jornadas ou assume uma interpretação como correta. O trabalho também não tem a intenção de abordar todas as interpretações sobre as Jornadas. Limitamo-nos aqui às interpretações acadêmicas. Nessa escolha, optamos pela sistematização de trabalhos acadêmicos (artigos, teses e dissertações) feitos em diversas universidades, regiões e sob diferentes pontos de vista. Foi essa variedade de materiais pesquisados que possibilitou a defesa do argumento do texto: o fato de que a diversidade foi intrínseca à Junho.

O texto está organizado da seguinte forma: após essa breve introdução, detalhamos os procedimentos metodológicos realizados na revisão crítica da literatura sobre as Jornadas. Na leitura dos textos detectamos três vertentes de interpretações sobre as Jornadas, que são apresentadas na Seção 3, a saber: o que foram as jornadas (item 3.1), origens (3.2) e legados (3.3). Por se tratar de uma revisão

sistemática crítica da literatura científica produzida sobre as Jornadas, optamos por apresentar na Seção 3 as discussões junto com os resultados da sistematização da literatura. Consideramos que a compreensão sobre o fenômeno, bem como a leitura sobre o mesmo, ficaria mais compreensível com a junção das tarefas de apresentação e análise dos dados. Seguem as conclusões da pesquisa em que são apresentadas algumas possibilidades de organização das interpretações sobre as Jornadas.

## 2. Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a técnica da sistematização crítica da literatura para organizar as interpretações sobre as Jornadas. A revisão sistemática da literatura parte de uma seleção criteriosa de trabalhos com vistas a reunir um conhecimento sobre determinado assunto. As revisões sistemáticas são úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente e identificar temas em comum, orientando investigações futuras (Sampaio; Mancini, 2007: 84). Além de sistematizar as publicações científicas sobre o fenômeno, o texto problematiza algumas generalizações presentes nos escritos, demonstrando as divergências e disputas em torno das explicações sobre as Jornadas.

A sistematização crítica da literatura aconteceu da seguinte forma: primeiramente, em agosto de 2020, foram levantados artigos científicos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (acesso restrito) que continham o descritor “Junho” e “2013” em seu assunto e que tivessem sido publicados em qualquer ano. Foram encontrados 41 resultados publicados entre 2014 e 2020, sendo que quatro eram repetidos, logo, 37 artigos foram escolhidos para a análise.

Percebeu-se que os resultados não abrangiam artigos mais recentes, em especial os de 2020. Por isso optou-se pela localização de artigos sobre Junho de 2013 no repositório de periódicos *Scielo* do Brasil, embora o portal de periódicos da Capes reúna artigos publicados no *Scielo*. No *Scielo* foram encontrados 26 artigos, dentre os quais nove já haviam sido extraídos da plataforma da Capes, por isso foram excluídos, e mais dois não tratavam do assunto, totalizando 15 artigos incluídos na presente análise.

A sistematização crítica da literatura por meio da análise de artigos tem suas limitações. A principal delas é o fato de que os periódicos estão concentrados em determinadas regiões do Brasil e por isso acabam reunindo mais produções feitas nessas e sobre essas regiões. Como consequência existem muitos trabalhos sobre cidades da região Sudeste do país, em especial São Paulo, em detrimento de outras regiões, como é o caso do Norte e Nordeste do Brasil. Isso gera uma visão "sudestecêntrica" a respeito dos fenômenos sociais, já que partem de olhares feitos por pesquisadores do Sudeste e com foco nos fenômenos sociais que acontecem nessa região do Brasil - não por acaso, a mais rica delas.

Para contornar esse problema, buscamos também teses e dissertações produzidas sobre Junho de 2013. Para essa tarefa buscou-se em abril de 2021 no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) todos esses tipos de trabalho acadêmico que continham os descritores “Junho” e “2013” como parte dos seus títulos assunto e que tivessem sido publicados em qualquer ano. A BDTD reúne os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Por isso, a consulta ao acervo indicado no portal possibilita que os pesquisadores entrem em contato com a produção feita em todo Brasil e não somente aquela produzida nas regiões mais ricas. A consulta aos trabalhos feitos sobre Junho de 2013 na BDTD indicou 59 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado, totalizando 76 trabalhos.

As 76 teses e dissertações localizadas sobre Junho de 2013 foram finalizadas entre os anos de 2015 e 2020. A maior parte delas (oito) foi feita por estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) enquanto seis eram vinculadas à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - o que demonstra novamente a concentração de estudos na região Sudeste do Brasil. No entanto, por meio da consulta à BDTD foi possível encontrar também trabalhos produzidos em universidades fora da região Sudeste como, por exemplo, três dissertações e uma tese defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Cabe ressaltar que os argumentos apresentados nas teses e dissertações não eram diferentes daqueles encontrados nos artigos; a maior diferença foi ao fato de abordarem protestos em outras regiões, que não o Sudeste.

Ainda assim a busca teve limitações como o fato de não abarcar livros publicados sobre o tema. Para contornar esse problema optamos por consultar os livros mais citados nos trabalhos acadêmicos, resultando daí na consulta a mais quatro obras.

Ao todo foram localizados 52 artigos científicos, 76 teses e dissertações e quatro livros, totalizando 134 trabalhos acadêmicos sobre as Jornadas de Junho. Todo esse material foi sistematizado com o auxílio do programa de computador NVivo (programa de computador para análise de dados qualitativos).

Dentre os 134 trabalhos coletados, escolhemos analisar somente os trabalhos que elaboravam explicações próprias sobre as origens, características e legados de Junho de 2013. Para tanto, lemos todos os resumos dos 134 trabalhos excluindo aqueles que repetiam argumentos de outros autores ou que versavam sobre outros temas que não eram o foco deste estudo (parte dos trabalhos acadêmicos problematizavam a cobertura jornalística de um evento ou as disputas internas dos movimentos).

O conteúdo dos textos selecionados foi analisado a fim de se extrair interpretações sobre as origens, características e legados das Jornadas de Junho. A análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada nas pesquisas qualitativas com o objetivo de verificar a frequência com que ocorrem determinadas construções em um texto, o que permite sistematizar as informações reunidas (Bardin, 2006).

Optamos por reproduzir no presente artigo apenas alguns autores e trechos de textos que servem como exemplo de argumentos detectados em todo o conjunto analisado.

Além de sistematizar o conteúdo dos textos acadêmicos que versam sobre as Jornadas, fizemos um esforço no sentido de problematizar algumas das suas generalizações e de tentar explicar para o leitor os contextos em que foram escritos e as disputas que as diversas interpretações revelam. Logo, trata-se de um texto crítico que argumenta a favor de interpretações que considerem a complexidade e a diversidade das Jornadas.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 O que foram as Jornadas

As passeatas e protestos que se espalharam no Brasil em 2013 são chamados de Revoltas de 2013, Manifestações de 2013, Junho de 2013 ou Jornadas de Junho. Os termos parecem idênticos e de fato são usados como sinônimos, mas há diferença entre eles. Por exemplo, ao utilizar o termo revolta de 2013 conferimos um caráter de descontentamento e tentativa de rompimento com a ordem estabelecida por parte dos manifestantes que foram às ruas em meados de 2013. Já o termo Manifestações de 2013 parece reduzir o fenômeno às passeatas que tomaram as ruas do Brasil em 2013. O termo Jornadas de Junho insere as manifestações de 2013 em um ciclo de protestos maior. É

justamente esse termo que adotamos para explorar o fenômeno. Entendemos as Jornadas como um ciclo de protestos, conforme os ensinamentos de Tarrow (2009).

Antes das manifestações que aconteceram em junho de 2013 na cidade de São Paulo, outros protestos com pautas semelhantes ocorreram em diversas partes do país. Por exemplo, a “Revolta do Buzú” (Salvador, 2003) e a “Revolta da Catraca” (Florianópolis, 2004-2005), expressavam antes de 2013 a insatisfação com o sistema político e a necessidade de concretização do direito de ir e vir por meio da redução das tarifas de transportes coletivos (Paccelli, 2016). No entanto, é importante ressaltar que, embora algumas demandas das Jornadas não fossem propriamente novidade, houve um pico dos protestos em 2013.

Os protestos tampouco se encerraram após as grandes manifestações de junho de 2013. Alguns protestos posteriores aos que ocorreram em junho de 2013 passaram a apoiar o projeto político liderado pelo atual presidente Bolsonaro (Cruz, Kaysel; Codas, 2015; Tatagiba, Trindade; Teixeira, 2015; Melo; Vaz, 2018; Tatagiba, 2017, 2019; Almeida, 2019). Apenas para citar alguns desses protestos, em 2014 os manifestantes foram às ruas contra os gastos na construção de estádios e estruturas para abrigar a Copa do Mundo FIFA de 2014 sob o lema “Não vai ter Copa”. De março de 2015 a março de 2016 milhões de brasileiros foram às ruas contra e a favor do governo de Dilma Rousseff e o discurso anticorrupção predominantemente orientado contra o PT começou a ganhar destaque entre as pautas dos protestos (Melo; Vaz, 2018). Os protestos a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foram mais grandiosos e revelaram novas organizações políticas no Brasil de cunho liberal, como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL) (Gohn, 2018). O último grande conjunto de protestos no Brasil ocorreu por volta do dia 29 de setembro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais, e seu principal objetivo era derrotar a candidatura de Bolsonaro para a presidência. Liderados por mulheres, tais protestos ficaram conhecidos pelo símbolo que se disseminou nas redes sociais: #EleNão.

A retomada desses protestos serve para demonstrar o quanto as Jornadas de Junho foram o cume de um ciclo político que gerou um período de turbulência posterior. Esses dados também demonstram como é complexa a interpretação sobre as Jornadas, considerando a diversidade de pautas e a importância desse ciclo de protestos para a política brasileira.

Em que pese a demonstração de protestos anteriores e posteriores às Jornadas de Junho, elas geralmente são associadas a um protesto específico iniciado em junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL) na cidade de São Paulo que tinha como meta fazer com que a tarifa do transporte coletivo não sofresse aumento (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Bernardi, 2017). Quase todos os textos analisados identificam as Jornadas territorialmente como os protestos que aconteceram em São Paulo e temporalmente como aqueles que ocorreram em junho de 2013.

Mas há textos que apontam para a variação no ciclo das Jornadas. A variação nos protestos geralmente é afirmada pelo fato do ciclo não se resumir a um único protesto, mas em três fases: a primeira (dias 6, 10, 11 e 13 de junho) comportaria os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) sob a pauta da redução das tarifas do transporte público; a segunda (dias 17, 18, 19 e 20 de junho) teria eclodido depois da violência e repressão policial no dia 13 de junho enquanto na terceira fase (do dia 21 ao final de junho) aconteceram diversos protestos isolados e desarticulados (Melo 2019).

Há textos que ampliam ainda mais a percepção do ciclo (Bringel; Pleyers, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Tais estudos indicam que os protestos aconteceram em diversas partes do país (Bezerra, 2015; Menis, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016), e ademais que “as lógicas de mobilização, a composição social dos manifestantes e a correlação de forças variou consideravelmente dependendo das cidades analisadas” (Bringel; Pleyers, 2015: 7).



A identificação das Jornadas com os eventos que ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro revelaria uma visão sudestecêntrica das Jornadas (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016) que simplifica o fenômeno. O fato de que as Jornadas aconteceram em outras cidades que não São Paulo e em outros tempos que não apenas em junho de 2013 torna ainda mais importante a compreensão desse fenômeno e das suas consequências para a política brasileira.

Da mesma forma que existe uma vinculação de Junho com os protestos liderados pelo MPL, existe a associação de Junho com um tipo de organização política que se apresenta como novidade, na medida em que se propõe como mais horizontal e distante da política tradicional: os coletivos (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Bernardi, 2017). Para essa interpretação, as Jornadas seriam caracterizadas pela ruptura com o sistema da política tradicional, pois comportariam e disseminariam organizações políticas mais horizontais e sem liderança. Essa identificação tem relação com o fato de que o próprio MPL (organização considerada um símbolo das Jornadas) se apresenta como uma organização sem liderança, distante da burocracia e dos protocolos das organizações mais tradicionais como os partidos (Movimento Passe Livre, 2013). De fato, estavam presentes nas Jornadas organizações chamadas de coletivos (Autor, 2019; Tatagiba; Galvão, 2019). Mas ainda assim não é possível afirmar que apenas os coletivos estavam presentes nas Jornadas: entre os atores havia diversos setores da sociedade, organizados ou não (Pacelli, 2016: 35). E mesmo que os coletivos tenham chamado a atenção pela presença e proliferação no ciclo de protestos, é preciso discernir os discursos e as práticas dos atores. O fato de tais organizações se colocarem como mais horizontais serve como uma tentativa discursiva e por vezes práticas de se diferenciarem das organizações tradicionais que repudiam, como os partidos políticos (Autor, 2019).

Também há certa simplificação a respeito das pautas dos protestos geralmente associadas à reivindicação iniciada pelo MPL para que a tarifa de ônibus não sofresse aumento. Essa informação não está incorreta, mas o próprio Movimento Passe Livre acentuava que os protestos não eram só por conta dos 20 centavos que a prefeitura pretendia aumentar nas passagens de ônibus. Nos protestos, atrelada à crítica a falta de direito à cidade, havia reivindicações pelo reconhecimento de direitos para grupos mais sujeitos a opressões sociais, tais como mulheres, negros, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros; além de críticas ao Estado que seria corrupto e incapaz de garantir direitos sociais. Havia também questionamento acerca dos investimentos em jogos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e uma certa indignação em relação à forma como a imprensa noticiou negativamente os protestos iniciais (Soares, 2017). Todas essas demandas estavam presentes nas Jornadas, mas algumas delas ganharam mais relevo, a depender da manifestação.

Desmistificando certa associação das Jornadas com uma única pauta, Tatagiba e Galvão (2019) identificaram entre as pautas sobretudo queixas dirigidas ao governo e ao sistema político, seguidos por temas como salário, trabalho e condições de vida. Nesse sentido, nota-se que as condições de vida na cidade não seriam a pauta principal. Outro estudo comprova o caráter amplo das manifestações por meio de análises dos cartazes dos protestos que traziam desde frases como “não são apenas os vinte centavos” além de demandas relacionadas aos direitos dos animais (Moraes, 2015). Até mesmo pautas conservadoras que ganharam fôlego depois de 2013 já estavam presentes nas Jornadas (Alonso, 2017). Logo, a interpretação dos protestos como blocos homogêneos elimina sua diversidade.

No mesmo sentido, as estratégias das Jornadas não podem ser resumidas aos protestos de rua. Conforme mostra Domingues (2019), a partir da pesquisa em Belo Horizonte, foram diversas as práticas do ciclo, tais como: passeatas, confrontos, uso de símbolos e performances, mídia colaborativa, conteúdos personalizados em redes sociais e assembleias.

Essa diversidade de estratégias levou Junho a ser considerada uma novidade em termos de ação coletiva. Para explicar essa novidade, o termo “novíssimos movimentos sociais” passou a ser utilizado

por alguns trabalhos como forma de nomear as Jornadas (Augusto; Rosa; Resende, 2016; Gohn, 2017). Conforme essa explicação, os novíssimos movimentos sociais seriam plurais, autônomos, horizontais e apartidários (Augusto; Rosa; Resende, 2016), características de organizações distantes das estruturas institucionalizadas (Gohn, 2017). O símbolo dos novíssimos seria o Movimento Passe Livre, a organização mais associada às Jornadas, caracterizada pelos “princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico” (Augusto; Rosa; Resende, 2016: 26). Até o fato de que as Jornadas teriam expressado e incentivado o discurso e a prática antipartidária e antissistêmica foi considerado uma novidade. Tais interpretações, temporalmente próximas dos protestos, apontam para uma nova ordem política inaugurada pelas Jornadas: uma organização do poder mais aberta à participação da população e menos mediada por partidos políticos.

No entanto, a novidade é passível de problematizações. As passeatas de 2013 não foram bem uma novidade: como demonstrado no texto os brasileiros já estavam expressando insatisfação com a política e com os serviços públicos em protestos como a “Revolta do Buzú” (Salvador, 2003) e a “Revolta da Catraca” (Florianópolis, 2004-2005). Inclusive marchas contra a corrupção aconteceram em 2011 em diversas capitais do País. As primeiras, em Brasília, levaram cerca de 25 mil pessoas para as ruas. Organizados por meio das mídias sociais, esses atos criticavam o voto secreto no Congresso, os recentes escândalos de corrupção no governo da então presidenta Dilma Rousseff, a não aplicação da Lei da Ficha Limpa e até o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Nessas manifestações, evitou-se o uso de referências partidárias (Estadão, 2011).

Ademais, o combate à corrupção é uma pauta importante no Brasil, “Ou seja, o frame do ‘combate à corrupção’ encontra forte ressonância popular, o que o tornou uma bandeira poderosa de mobilização à esquerda e à direita ao longo desses trinta anos. E nas mobilizações de Junho não foi diferente”. (Tatagiba, 2014: 44). O próprio Partido dos Trabalhadores firmou sua identidade como um partido que não corrompe e nem é corrompido (Tatagiba, 2014). No entanto, em 2005 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi acusado de comprar votos de congressistas, no caso conhecido como “mensalão”, o que quase custou sua reeleição. Em 2012 as denúncias de corrupção se agravaram e o país assistiu o longo julgamento do processo do mensalão. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu naquele ano, após quatro meses e meio de julgamento, condenar 25 dos 38 réus do processo. A ênfase dada pela mídia aos casos de corrupção em um partido que tinha sido eleito prometendo combatê-la alavancou a decepção de parte da esquerda que apoiava o partido, munindo seus adversários de argumentos contra o PT. Um dos resultados dessa decepção foi a forte crítica à forma como o sistema político brasileiro está organizado, principalmente seus partidos. Inclusive muitos manifestantes das Jornadas foram hostis à presença de partidos (Tatagiba, 2014).

Isso não significa que as Jornadas não sejam um marco importante, elas foram em diversos sentidos: primeiro pelo seu tamanho, segundo pelo fato de desencadarem uma série de grandes protestos, pela sua relação com o fim de um ciclo político brasileiro mais democrático e progressista e pelo fato de que muitas das suas críticas e reivindicações ainda estão presentes entre os brasileiros que anseiam por uma forma de fazer política mais próxima dos interesses da população e distante de práticas como a corrupção. No entanto, consideramos que a compreensão sobre as Jornadas de Junho deve também remeter à cultura política brasileira com sua longa tradição autoritária, bem como às graves desigualdades sociais historicamente produzidas e reproduzidas no Brasil.

Em suma, algumas interpretações sobre o que foram as Jornadas associam-na aos protestos que ocorreram no mês de junho de 2013 na cidade de São Paulo iniciados por organizações novas e mais horizontais como o MPL, contrário ao aumento das passagens de ônibus na cidade (Augusto;



Rosa; Resende, 2016; Bernardi, 2017). Essa era inclusive a visão da grande imprensa na época do fenômeno, em geral também localizada na região sudeste.

Entretanto, outros trabalhos (Bringel; Pleyers, 2015; Paccelli, 2016; Tavares; Roriz; Oliveira, 2016) mostram que o ciclo de protestos das Jornadas comportou uma variedade de protestos, organizações e pautas. Esses trabalhos mostram que o ciclo político aconteceu em outras cidades e por outros autores que não o Movimento Passe Livre em São Paulo.

Conforme Melucci (1989), as abordagens sobre os fenômenos empíricos de ação coletiva costumam supô-los como objetos unificados, passíveis de explicações satisfatórias sobre suas origens e orientações. No entanto “uma ação coletiva singular ou um evento de protesto contém tipos diferentes de comportamento e as análises têm de romper sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela convergentes e possivelmente tendo diferentes consequências” (Melucci, 1989: 56). Guiados por essas considerações, ressaltamos a diversidade do ciclo de protestos nomeados como Junho de 2013.

### 3.2 Interpretações sobre as origens das Jornadas

As interpretações sobre as origens das Jornadas ou sobre o porquê elas ocorreram são divergentes. As Jornadas são frequentemente comparadas com ciclos de protestos que aconteceram em outras partes do mundo (Cocco, 2014; Lima, 2018). Em meados de 2010 grandes protestos ocorreram no âmbito internacional, como as Jornadas da Praça Tahir no Egito, os Indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos (Carneiro, 2012). É importante ressaltar que, embora sejam apontadas similaridades entre os ciclos de protestos internacionais em meados de 2011 e o brasileiro em 2013 (incluindo repertórios e atores), não é possível concluir que as manifestações brasileiras orientaram-se ou foram impulsionadas pelas manifestações globais. As mobilizações brasileiras compartilham características de movimentos contemporâneos, mas têm particularidades como a reivindicação por novos direitos ou a concretização daqueles já reconhecidos (Bringel; Pleyers, 2015).

Mobilizando um argumento mais economicista e, no entanto, ainda próximo da comparação com o cenário internacional, estudos como o de Coutrot (2014) explicam que o Brasil, assim como outras partes do mundo, passava por uma crise econômica que culminou em grande insatisfação e revolta da população. A crise econômica brasileira teria sido uma decorrência de crises mundiais agravada por anos de adoção de medidas neoliberais (não revertidas pelo Partido dos Trabalhadores). Consideramos que embora esse argumento seja relevante, é preciso ponderá-lo: a recessão econômica atingiu o Brasil mais fortemente em 2014 e ela foi impulsionado e impulsionou o ciclo de protestos, não sendo uma relação de causa e efeito.

Outro conjunto de argumentos para explicar as origens de 2013 remete aos limites da atuação do PT na presidência do país, em especial durante a gestão de Dilma Rousseff (de 2011 a agosto de 2016). O PT não teria conseguido promover reformas importantes e manteve a democracia fechada aos anseios da população (Gondin, 2016; Silva, 2015; Fonseca, 2018; Sauda, 2019). Nesse sentido, os protestos de 2013 teriam acontecido pela incapacidade do governo petista, que mesmo após promover a ascensão de milhões de brasileiros à classe média via consumo, não conseguiu realizar reformas estruturais.

Conforme outra explicação, a origem das Jornadas estaria na incapacidade do sistema político brasileiro de responder às novas demandas dos cidadãos (Santos, 2014; Silva, 2015; Soares, 2017; Lima, 2018). Haveria uma crise da representação e do sistema político que elegeria políticos que não atenderiam as demandas dos cidadãos (Santos, 2014; Silva, 2015; Soares, 2017; Lima, 2018), daí a recorrente crítica aos partidos e ao sistema político nos protestos. No entanto, o debate sobre a crise da representação não é recente (cf. Manin, 1995/1997; Novaro, 1995) tampouco o descontentamento dos

brasileiros em relação ao sistema político. O que é interessante notar é a pouca capacidade do sistema político brasileiro em responder as críticas e propor mudanças no sistema de representação que o tornem mais inclusivo. Houve uma tentativa nesse sentido no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com o fortalecimento de Instituições de Participação, a exemplo das Conferências e Conselhos de Políticas Públicas. Mas tais experiências de participação social não foram suficientes para evitar as Jornadas.

Ainda nesse campo, conforme outro tipo de interpretação, o que estava sendo questionado e talvez transformando em Junho eram as próprias relações capitalistas baseadas na desigualdade, opressão e segregação dos espaços públicos (Bezerra, 2015; Alvarenga, 2016). As revoltas nesse sentido teriam como objetivo reverter tais desigualdades tornando o espaço público de fato um lugar de exercício do debate pelos cidadãos. Alguns trabalhos chegam até a considerar Junho como uma revolução urbana onde a juventude precarizada se apropriaria da cidade (Stefaniak, 2018).

Para outro argumento sobre as origens das Jornadas, os protestos cresceram, dentre outros motivos, devido à repressão policial violenta em alguns deles. O estopim das reações contrárias à violência policial teria acontecido após os protestos em São Paulo no dia 13 de junho de 2013, quando diversos manifestantes, especialmente jornalistas, foram feridos ou detidos pela Polícia de São Paulo (Santos, 2014). Foi nesse protesto que o repórter fotográfico Sérgio Silva da agência *Futura Press* perdeu a visão do olho esquerdo após ser atingido por uma bala de borracha disparada por um policial. A condenação social dos atos de violência policial teria levado mais pessoas a participarem dos protestos posteriores.

O aumento de acesso e uso da *internet* também é considerado um dos fatores que explicariam as Jornadas (Pacelli, 2016; Santos, 2014; Menis, 2015; Araújo, 2016). Segundo esse argumento as redes sociais digitais, como o *Facebook* e o *Twitter*, possibilitaram a convocação e a organização dos manifestantes, sendo, portanto, imprescindíveis para a mobilização de tantos manifestantes.

A associação entre o crescimento do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o aumento de protestos não é novidade e não é exclusiva da literatura brasileira. Um dos grandes pensadores sobre o tema, Manuel Castells (2013), argumenta que as mobilizações ocorridas recentemente no mundo árabe, na Espanha e nos Estados Unidos foram intermediadas por meios *online*. O autor enfatiza as conexões existentes entre os diferentes eventos e o modo como as comunidades virtuais possibilitaram que milhares de manifestantes ocupassem os espaços públicos.

No entanto, trabalhos como o de Machado e Miskolci (2019) ponderam que não é possível atribuir às Tecnologias de Informação e Comunicação a eclosão dos conflitos: as TICs visibilizam, amplificam e radicalizam tensões, mas não desencadeiam conflitos por si só. Em sentido complementar, Mutzenberg (2012) explica que o uso desses recursos deve ser visto dentro do contexto e das condições estruturais, históricas, sempre de acordo com a capacidade dos atores de promoverem processos de mobilização distintos dos hegemônicos.

Como procuramos indicar, nos trabalhos citados é comum a associação das Jornadas com fenômenos novos ou recentes, tais como a popularização da internet ou a administração do PT no governo federal. Não encontramos trabalhos que tentem explicar as Jornadas por meio da cultura política autoritária na sociedade brasileira. Isso faz concluir que os argumentos tendem a ser externos aos cidadãos, mas também poderiam ser internos. Nesse sentido sugerimos explicações que considerem a possibilidade de perda de privilégios pela elite durante o governo petista, em especial no governo de Dilma Rousseff. Essa possibilidade teria gerado críticas ao governo do PT que foi associado ao gasto indevido de dinheiro de forma ineficiente, o que contribuiu para o descontentamento da população e ida às ruas. O sentimento antipetista foi incentivado inclusive pelos grandes jornais brasileiros na

medida em que eles cobriram de forma mais negativa o início do segundo mandato da ex-presidente Dilma em 2014 (Feres Junior; Sassara, 2016).

Cabe ressaltar que as divergências nas interpretações revelam disputas e concepções de mundo comuns aos próprios movimentos sociais, conforme Melucci (1989). Tais divergências não significam confusões em relação ao ciclo de protestos, mas revelam a multiplicidade de fatores envolvidos no mesmo.

### 3.3 Possíveis legados das Jornadas

Depois de 2013 o discurso anticorrupção predominantemente orientado contra o PT começou a ganhar destaque entre as pautas dos protestos (Melo; Vaz, 2018). Conforme alguns intérpretes, a preponderância da direita já no ciclo de protestos significou o fim de um ciclo político brasileiro iniciado com a redemocratização nos anos setenta (Mendonça, 2017, s/p.). Nesse sentido as Jornadas teriam aberto espaço para o avanço dos projetos conservadores que hoje são predominantes no país (Lima, 2014; Nunes, 2014; Silva, 2015). As práticas conservadoras teriam começado a se manifestar em 2015 nas passeatas que pediam o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, desembocando por volta de 2018 em apoio à ditadura e em votos para um candidato de ultradireita (Jair Bolsonaro) nas eleições presidenciais. Nesse processo, a esquerda arrefeceu e virou alvo de críticas alimentadas pelo discurso anti-PT.

Uma das explicações para a guinada do ciclo de protestos à direita é a possível cooptação das manifestações pelas forças conservadoras (Nunes, 2014; Vieira, 2016, Sauda, 2019). De acordo com essa interpretação, as manifestações iniciais eram autônomas, horizontais e à esquerda. No entanto, a direita (também com seus partidos) usou as manifestações para disseminar e impulsionar pautas conservadoras. Lima (2014, s/p.) explica que “o que começou como veemente condenação transformou-se da noite para o dia não só em tentativa de cooptação, mas também em um esforço para instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes”. Uma das instituições responsáveis por essa inversão de pauta teria sido a “velha mídia” (TV, diário e jornal), que no início condenava os protestos e depois passou a apoiá-los, inclusive incentivando a participação de seu público. Nesse sentido, de modo geral, as Jornadas teriam sido invadidas por conservadores, o que gerou um enfraquecimento das pautas iniciais do MPL e contribuiu para a deposição do governo Dilma.

Embora essa interpretação descreva parcialmente a emergência das tendências reacionárias que se anunciariam nos protestos, nem por isso seria possível compreender as Jornadas como um bloco homogêneo à esquerda seguido por outro bloco de protestos também homogêneo, desta vez à direita. Pesquisadores mostram que há continuidades entre junho de 2013 e os protestos conservadores posteriores. Em que pese as diferenças entre os protestos, em junho de 2013 já estavam presentes pautas e membros de partidos mais à direita: por exemplo, as que ressaltavam o fim da corrupção com ênfase moral (Alonso, 2017).

Prova dessa presença são os dados da pesquisa sobre a nova direita conduzida pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mediante entrevistas com 432 manifestantes, que apontou que mais de dois terços dos manifestantes participaram das passeatas que pediram o *impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto mais de um terço participou dos protestos de Junho de 2013 (El País, 2018). Portanto, uma parte das pessoas que compareceram aos protestos em Junho de 2013, cinco anos depois voltaram às ruas para pedir o afastamento da ex-presidenta.

Isso pode parecer um contrassenso. Mas segundo argumentação aqui apresentada, as Jornadas foram tão diversas o que não se pode atribuir àquelas manifestações um caráter democratizante. Isso não significa que os atores, pautas e repertórios mobilizados em Junho de 2013 sejam iguais aos das manifestações de apoio ao presidente Bolsonaro. Mas sim que nas Jornadas houve uma diversidade de atores que deve ser considerada, percepção que ajudaria a relativizar ideia de que o Brasil “virou”: os conservadores já estavam nas ruas nas Jornadas de Junho.

Inversamente, no entanto, a associação das Jornadas com o fim do ciclo político democratizante no Brasil também falha em descrever totalmente a complexidade do processo. Ela desconsidera outros fatores que têm relação com a eleição de Jair Bolsonaro, como o interesse dos empresários pela pauta ultraliberal do presidente eleito, ou o impacto das novas tecnologias da comunicação nas eleições. Em última instância, uma interpretação que relacionasse diretamente a presença da direita nas Jornadas à configuração política atual poderia culpabilizar os manifestantes e as organizações políticas presentes nas Jornadas pela ascensão de um projeto conservador, distinto das ideias defendidas por grande parte dos manifestantes que saíram às ruas em junho. E se os interesses empresariais e a própria ascensão vertiginosa da figura de Bolsonaro apontam para fatores posteriores, estudos como o de Moisés (2008) revelam traços autoritários na cultura política brasileira anos antes das Jornadas.

Ainda assim é importante considerar que as queixas principais das Jornadas ainda aparecem na política brasileira, tais como àquelas dirigidas aos partidos políticos e ao modo como a política é exercida no Parlamento. Essas críticas estão presentes no discurso do presidente Bolsonaro que se coloca como uma novidade alternativa às velhas práticas políticas, embora faça parte delas e as reproduza. Consideramos que existe relação entre as Jornadas e a ascensão de um projeto autoritário liderado e simbolizado pela eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018; mas outros fatores devem ser levados em consideração para explicar o novo ciclo político brasileiro.

Para além dos impactos no sistema político institucional ou eleitoral, algumas interpretações também apontam para um outro tipo de legado das Jornadas: a reconfiguração do ativismo social (Perruzo, 2014; Bringel; Pleyers, 2015; Santos, 2017; Lima, 2018; Autor, 2019). Parte desse legado seriam os coletivos, organizações que se propõem discursivamente como estruturas novas, fluidas, mais horizontais e divergentes das organizações políticas tradicionais, repudiadas em virtude de seu excesso de normas e hierarquias (Autor, 2019).

Outro possível legado seria o uso das TICs para a organização e a convocação de protestos. De fato os protestos *#EleNão* formados principalmente por mulheres contra a eleição de Bolsonaro em 2018 foram convocados pela internet. A própria hashtag *#EleNão* foi criada por uma publicitária, após conversas com suas amigas sobre o que seria possível fazer diante do crescimento das intenções de voto para o então candidato Jair Bolsonaro. No entanto, os potenciais e limites das TICs nos protestos brasileiros contemporâneos ainda precisam ser melhor compreendidos.

Assim como o significado das Jornadas varia nas interpretações posteriores, durante o processo ele também foi múltiplo de acordo com o espectro político pelo qual era interpretado. Para intérpretes como Nogueira (2013), havia uma esperança de que a política do Brasil seria aprimorada com a ida massiva de manifestantes às ruas. Se o brasileiro em geral, e os jovens em particular, eram considerados passivos e pouco interessados em política, as manifestações de Junho de 2013 poderiam estar mostrando que esse cenário havia mudado.

É certo que nem todas as interpretações eram carregadas de esperança: em meio à euforia, alguns militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) – partido mais à esquerda no espectro político – desconfiavam que as manifestações poderiam ter um efeito contrário (cf. Miranda, 2017). Como a pauta inicial do movimento tinha como alvo a gestão municipal em São Paulo de Fernando Haddad, filiado

ao PT, os petistas se preocupavam com o impacto da mobilização contra um governo mais à esquerda. André Singer, por exemplo, porta-voz da presidência da República no primeiro governo Lula, entendia que: “o Junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado”. (Singer, 2013: 24). Para o autor, as Jornadas não questionavam as relações de classe e propriedade, essas sim centrais para grandes transformações sociais. Sob esse ponto de vista parece que as Jornadas sacudiram o Brasil colocando o país em um lugar bastante conhecido, dada a sua tradição autoritária e desigual.

Ao enfatizar a variação nos trabalhos sobre Junho de 2013, mostramos que não há unidade em um fenômeno social, como ensinou Melucci (1989). E a variedade não diminui a importância do ciclo de protestos: pelo contrário, torna-o ainda mais importante para compreender o novo ciclo político brasileiro.

## Considerações finais

Este artigo distinguiu os argumentos sobre as características, origens e consequências das Jornadas, mostrando sua diversidade. A pesquisa conseguiu captar tal diversidade pois selecionou como fontes de análise trabalhos produzidos em universidades espalhadas por todo o Brasil. Outro fator que ajudou a percepção dessa diversidade foi o fato de a pesquisa ter sido feita anos depois do fenômeno acontecer - o que possibilitou trabalhos mais amplos e cuidadosos sobre o fenômeno.

As interpretações a respeito do ciclo de protestos disputam significados e revelam preferências políticas distintas. Segundo um esquema bem geral, de um lado existem interpretações mais entusiastas a respeito das Jornadas e seu potencial de expressão da democracia; de outro, critica-se as Jornadas por hipoteticamente terem contribuído para a perda de legitimidade dos governos petistas. Em meio a essa disputa, acadêmicos procuram mostrar dados que apontam para a diversidade das Jornadas e a impossibilidade de leituras simplificadas a seu respeito.

Mas o espectro político não é a única forma pela qual seria possível organizar as diversas interpretações sobre as Jornadas. Uma vez que as Jornadas consistiram em um processo progressivo e contraditório que deu vazão a questões de ordens diversas, suas interpretações também podem organizadas de acordo com o momento em que foram produzidas. Em um momento imediatamente posterior, os escritos constatavam com entusiasmo que os brasileiros estariam se mobilizando para finalmente exigirem seus direitos, com destaque para o direito à cidade e o direito a serviços públicos de qualidade. Passados alguns anos, as análises tornaram-se mais cuidadosas na medida em que traçavam distinções entre os ciclos de protestos e indicavam diversidade até mesmo dentro de um único ciclo — essa também foi a intenção do presente artigo.

Dentre as diversas análises, concordamos com aquelas que mostram o quanto as Jornadas foram diversas, reunindo pautas e atores distintos. Essa posição evita simplificações das Jornadas como blocos homogêneos. Pautas à direita, por exemplo, já estavam presentes em junho, embora tenham ganhado tórus em protestos posteriores. Também destacamos o quanto Junho poder ter sido uma continuidade de protestos anteriores, o que nos põe em posição oposta às que hipertrofiaram a novidade do período e das organizações presentes nos protestos.

É importante ressaltar que a compreensão de junho é um terreno de disputa e não poderia ser feita apenas por um ou poucos pesquisadores. São necessárias ainda muitas reflexões que expliquem a relação dos protestos com o atual ciclo político brasileiro. Também esperamos que as análises forneçam pistas para a saída desse ciclo, talvez novamente por meio da ida às ruas.



## Referências:

- Almeida, R. (2019). 'Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira'. *Novos Estudos CEBRAP* 38 (1): 185-213.
- Alonso, A. (2017). 'A política das ruas? Protestos em São Paulo de Dilma a Temer'. *Novos Estudos CEBRAP* (ed. especial): 49-58.
- Alvarenga, M. (2016). *Crise, urbano e revolta: as Jornadas de Junho de 2013*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Andrade, F. (2016). *Notas sobre os confrontos de junho de 2013 no Brasil: causas prováveis, significados em disputa, possibilidades históricas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.
- Araújo, C. (2016). *Jornadas de junho de 2013: a rede em rede*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Augusto, A; Rosa, P. O.; Resende, P. E. R. (2016). 'Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos.' *Revista Estudos de Sociologia* (40): 21-37.
- Autor, (2019). XXXXXXXXXXXX.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bernardi, M. (2017). *A multiplicidade de Junho de 2013: uma análise a partir dos seus relatos*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bezerra, P. (2015). *Midiatização e circulação de sentidos nas manifestações de junho de 2013*. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Bringel, B.; Players, G. (2015). 'Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil'. *Nueva Sociedad* 259: 4-17.
- Carneiro, H. (2012) 'Apresentação'. In: HARVEY, D. et all. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior: 04-14.
- Castells, M. (2013) *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro.
- Cocco, G. (2014). 'A Constituição do trabalho metropolitano: junho-outubro de 2013'. *Liinc em Revista* (10): 149-162.
- Coutrot, T. (2014). 'Brasil. Turquia: algumas lições de Junho de 2013'. *R. Pol. Públ.* (Número Especial): 33-39.
- Cruz, S. V., Kaysel, A. e Codas, G. (ed.) (2015). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, Fundação Perseu Abramo: São Paulo.
- Domingues, L. (2019). *Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- EL PAÍS. (2018). *Bolsonaro depura sentimento anti-PT e colbe manifestação mais conservadora*. Reportagem publicada em 22/10/2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540235666\\_152785.html?fbclid=IwAR0HZcrWQIGJK31G\\_zSUPGkd9rljwie9ah9UISr20ib1vTUmIhQHWkPhRg](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540235666_152785.html?fbclid=IwAR0HZcrWQIGJK31G_zSUPGkd9rljwie9ah9UISr20ib1vTUmIhQHWkPhRg)>. Acesso em outubro de 2018.
- Exame. *Dilma propõe 5 pactos a prefeitos e governadores*/ Reportagem publicada em. Disponível em: <https://exame.com/brasil/dilma-propoe-5-pactos-a-prefeitos-e-governadores/>. Acesso em agost. 2020.
- Feres Junior, J.; Sassara, L. (2016). 'O terceiro turno de Dilma Rousseff.' *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 176-185.



- Folha de São Paulo. *Protestos de junho de 2013 atraíram 1 milhão no auge. Reportagem publicada em 15/03/2015. Disponível em* < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml> > Acesso em outubro de 2018.
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. G. (2018). 'Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação'. *Caderno CRH* (82): 117-133.
- Gondim, L. M. P. (2016). 'Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013'. *Polis* [online] (44): 357-379.
- Lima, B. (2018). *As manifestações de junho de 2013 e a representação política*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Lima, V. (2014). 'Mídia, rebeldia urbana e crise da representação'. In: *Harvey, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Machado, J.; Miskolci, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9 (3): 945-970.
- Manin, B. (1995). 'As metamorfoses do Governo Representativo'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29. São Paulo: 1995. p. 5-34.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Melo, C. T. V.; Vaz, P. R. G. (2018). 'E a corrupção coube em 20 centavos'. *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, n. 39, p. 23-38.
- Melo, R. (2019). *Cartografia das mobilizações das Jornadas de Junho de 2013: as tecnologias das redes digitais sociais no engajamento das subjetividades*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.
- Melucci, A. (1989) 'Um objetivo para os movimentos sociais?' *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66.
- Menis, P. (2015). *Juventude e as jornadas de junho: as manifestações de rua de 2013 em Imperatriz do Maranhão/MA*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- Miranda, J. (2017). 'O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013.' *Revista de Ciências do Estado* (2): 422-435.
- Moises, J. A. (2008). 'Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira.' *Rev. Bras. Ci. Soc.* (66): 11-43.
- Moraes, E. (2015). 'Brasil "redemocratizado": um gigante que acordou? A discursividade midiática sobre os protestos de junho de 2013'. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, (6): 131-151.
- Movimento Passe Livre - São Paulo. (2013). 'Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo'. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013,
- Mutzenberg, R. (2012). Movimentos Sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas? In: *IESE's III International Conference Mozambique: Accumulation and Transformation in a Context of International Crisis*.
- Nogueira, M. (2013). *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto.
- Novaro, M. (1995). 'O debate contemporâneo sobre a representação política'. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 42. São Paulo. p. 77-90.
- Nunes, M. (2014). 'Comunicação e sociedade civil: as manifestações brasileiras em junho de 2013.' *Revista Uninter de Comunicação* (2): 76-93.

Paccelli, G. (2016). 'Ação coletiva e confronto político: uma leitura das manifestações de junho de 2013 no Brasil.' *Entropia* (1): 34-56.

Sampaio, R.F.; Mancini, M.C. (2017). 'Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.' *Rev. bras. fisioter.* (11): 83-89.

Santos, E. (2014). 'Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013.' *Línc em Revista* (10): 86-95.

Santos, J. (2017). "*As manifestações de junho de 2013 pra gente não acabaram*": um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Sauda, A. (2019). *Do direito à cidade à anticorrupção: deslocamento de pautas, diversificação de atores e desdobramentos de junho de 2013*. 1 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Silva, I. (2015). 'Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013.' *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*: 393-402.

Singer, A. (2013). 'Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas'. *Novos estudos CEBRAP*, (97): 23-40.

Soares, J. (2017). *Discurso e construção do acontecimento na mídia impressa: uma análise de reportagens sobre as manifestações de junho de 2013*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

Stefaniak, J. (2018). *Espaço, revolução e utopia: um passeio com Henri Lefebvre pelas ruas de São Paulo em junho de 2013*. 2018,190 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

Tatagiba, L. (2014). '1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil'. *Política & Sociedade* 28: 35-62.

Tatagiba, L. (2017). 'Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)'. *Sinais Sociais* 33: 71-98.

Tatagiba, L., Trindade, T., Teixeira, A. C. (2015). 'Protestos à direita no Brasil (1997-2015)', in S. V. Cruz; A. Kaysel; G. Coda (ed.), *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Tatagiba, L.; Galvão, A. (2019). 'Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)'. *Opinião Pública* 25 (1): 63-96.

Tavares, F. M. M., Roriz, J. H. R., Oliveira, I. C. (2016). 'As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do Junho brasileiro em 2013'. *Opinião Pública* 22: 140-166.

Vieira, A. (2016). "*Ilha Rebelde*" de novo?: lutas sociais nas manifestações de junho de 2013 em São Luís-MA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Vommaro, P. (2015). *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos*. Argentina: Grupo Editor Universitario.